

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas**

**Itiquira Energética S.A. e suas
controladas**

31 de dezembro de 2020 e 2019
com Relatório do Auditor Independente

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2020 e 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais.....	6
Demonstrações dos resultados.....	8
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas e Administradores da
Itiquira Energética S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Itiquira Energética S.A. (“Sociedade”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Itiquira Energética S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Sociedade e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

Receita de venda de energia fornecida e não faturada

As receitas da Sociedade e sua controlada são oriundas principalmente do fornecimento de energia elétrica, sendo reconhecidas quando os riscos e benefícios são substancialmente transferidos ao comprador. A Sociedade utiliza como procedimento estimar o montante de venda de energia realizada, mas ainda não faturada, para o reconhecimento da correspondente receita no seu correto período de competência. No período subsequente, essa estimativa é estornada e então registrada a venda efetivamente realizada, obtida pela medição da energia vendida nos últimos dias do mês anterior.

Como divulgado na Nota Explicativa 4, em 31 de dezembro de 2020 essa estimativa totalizou R\$ R\$10.056 mil e R\$ 22.937 mil nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente, e foram mensuradas com base nas projeções de consumo de energia, calculados com base no volume consumido por cada cliente. Considerando que o reconhecimento de parte da receita da venda de energia envolve alto nível de julgamento por utilizar dados de faturamento em bases estimadas, o monitoramento desse assunto foi considerado como significativo para a auditoria e mantido como um assunto importante no processo de auditoria neste exercício.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria para a receita de venda de energia fornecida e não faturada incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Sociedade e sua controlada para o cálculo da receita não faturada; (ii) compreensão e documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Administração; (iii) recálculo da estimativa de receita de venda de energia realizada e não faturada em dezembro de 2020 considerando: 1) comparação da estimativa feita pela Administração com a receita efetivamente faturada no mês subsequente; 2) validação da tarifa de venda de energia conforme estabelecido nos contratos de venda de energia da Sociedade e sua controlada, incluindo os reajustes de preços conforme contratos de venda de energia; e 3) inspeção documental das últimas medições de energia fornecida e não faturada e confronto com o faturamento subsequente; 4) revisão dos contratos de venda de energia da Sociedade e sua controlada para garantir que os contratos de venda de energia foram adequadamente registrados conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e respectivas políticas contábeis da Sociedade e de sua controlada; e 5) revisão das divulgações efetuadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 4, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP 015.199/O-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ 090.174/O-4

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	14.414	4.497	16.382	7.574
Contas a receber	4	49.941	16.108	38.120	33.432
Estoques		5.467	5.208	6.698	6.090
Dividendos a receber	20	8.724	6.278	-	-
Impostos a recuperar		3.431	3.790	3.885	4.256
Despesas antecipadas	6	512	1.181	1.209	2.009
Mútuos a receber	5	266.846	-	269.178	-
Outros		5.940	3.077	6.341	3.259
Total do ativo circulante		355.275	40.139	341.813	56.620
Não circulante					
Despesas antecipadas	6	-	-	563	1.013
Investimento	8	247.609	297.811	-	-
Imobilizado	9	257.795	250.629	527.806	539.647
Depósitos judiciais	7	8.805	129	8.846	170
Total do ativo não circulante		514.209	548.569	537.215	540.830
Total do ativo		869.484	588.708	879.028	597.450

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Passivo					
Circulante					
Contas a pagar	10	27.502	13.313	33.104	17.871
Empréstimos e financiamentos	12	70.271	-	70.271	-
Impostos e contribuições a recolher	11	5.819	11.553	6.738	12.558
Salários e encargos sociais		802	918	802	918
Dividendos a pagar	20	3.404	58.488	3.404	58.488
Outras contas a pagar		-	-	743	900
Total do passivo circulante		107.798	84.272	115.062	90.735
Não circulante					
Contas a pagar	10	4.498	3.419	4.498	3.419
Empréstimos e financiamentos	12	256.974	12.411	256.974	12.411
Impostos diferidos	19	31.036	25.686	31.036	25.686
Provisão para contingências	13	8.791	79	8.798	85
Outras contas a pagar		-	-	2.273	2.273
Total do passivo não circulante		301.299	41.595	303.579	43.874
Patrimônio líquido					
Capital social	14	136.474	136.474	136.474	136.474
Reservas de lucros	14	251.679	232.736	251.679	232.736
Ajustes de avaliação patrimonial	14	68.395	89.792	68.395	89.792
Reserva de capital	14	3.839	3.839	3.839	3.839
Total do patrimônio líquido		460.387	462.841	460.387	462.841
Total do passivo e do patrimônio líquido		869.484	588.708	879.028	597.450

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita operacional líquida	15	157.976	168.668	229.242	250.451
Custo de geração de energia	16	(59.772)	(102.745)	(69.775)	(128.095)
Lucro bruto		98.204	65.923	159.467	122.356
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	16	(14.809)	(14.449)	(42.805)	(41.938)
Resultado com equivalência patrimonial	8	32.055	26.432	-	-
Outras despesas operacionais	17	(8.826)	(444)	(8.869)	(348)
		8.420	11.539	(51.674)	(42.286)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		106.624	77.462	107.793	80.070
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	18	1.074	951	2.785	1.136
Despesas financeiras	18	(3.987)	(6.824)	(4.052)	(6.929)
		(2.913)	(5.873)	(1.267)	(5.793)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		103.711	71.589	106.526	74.277
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	19	(4.404)	(8.175)	(7.219)	(10.863)
Diferido	19	(3.780)	3.564	(3.780)	3.564
		(8.184)	(4.611)	(10.999)	(7.299)
Lucro líquido do exercício		95.527	66.978	95.527	66.978

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício	95.527	66.978	95.527	66.978
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes líquidos	-	-	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	95.527	66.978	95.527	66.978

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Reserva de capital		Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido
		Capital social	Ágio na subscrição de ações	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2018		136.474	3.839	120.828	21.371	61.152	109.526	-	453.190
Realização da avaliação patrimonial	14.c	-	-	-	-	-	(19.734)	19.734	-
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	14.d	-	-	-	-	(41.420)	-	-	(41.420)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	66.978	66.978
Constituição de reserva legal	14.b	-	-	-	3.349	-	-	(3.349)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14.d	-	-	-	-	-	-	(15.907)	(15.907)
Reserva de incentivos fiscais	14.b	-	-	14.181	-	-	-	(14.181)	-
Reserva de dividendos complementares	14.b	-	-	-	-	53.275	-	(53.275)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		136.474	3.839	135.009	24.720	73.007	89.792	-	462.841
Realização da avaliação patrimonial	14.c	-	-	-	-	-	(19.827)	19.827	-
Renovação do Benefício Lucro da Exploração	14.b.3	-	-	-	-	-	(1.570)	-	(1.570)
Declaração de dividendos intermediários ocorridas no exercício	14.d	-	-	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	14.d	-	-	-	-	(73.007)	-	-	(73.007)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	95.527	95.527
Constituição de reserva legal	14.b	-	-	-	1.911	-	-	(1.911)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14.d	-	-	-	-	-	-	(3.404)	(3.404)
Reserva de incentivos fiscais	14.b	-	-	9.950	-	-	-	(9.950)	-
Reserva de dividendos complementares	14.b	-	-	-	-	80.089	-	(80.089)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		136.474	3.839	144.959	26.631	80.089	68.395	-	460.387

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		95.527	66.978	95.527	66.978
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa					
Depreciação e amortização de ágio alocado em ativo imobilizado	9	50.449	51.399	80.599	82.156
Encargos financeiros, líquidos	5 e 12	105	5.455	60	5.455
Baixa de ativo imobilizado	9	256	-	292	11
Extensão de outorga	9	(57.080)	-	(66.136)	-
Resultado de equivalência patrimonial	8	(32.055)	(26.432)	-	-
Provisão para contingências	13	8.715	413	8.762	414
Impostos diferidos		3.780	(3.564)	3.780	(3.564)
(Aumento) redução nos ativos operacionais					
Contas a receber		(8.833)	4.482	(4.688)	(1.509)
Estoques		(259)	(391)	(608)	(645)
Impostos a recuperar		359	1.284	371	1.380
Depósitos judiciais		(8.676)	(39)	(8.676)	(68)
Despesas antecipadas		669	728	1.250	976
Outros		(2.863)	1.938	(3.082)	2.026
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Contas a pagar		15.268	(1.555)	16.312	(4.658)
Salários e encargos sociais		(114)	(298)	(114)	(298)
Pagamento de contingências	13	(3)	(400)	(49)	(409)
Impostos e contribuições a recolher		(5.734)	590	(5.820)	190
Outras contas a pagar		-	-	(157)	(747)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		59.511	100.588	117.623	147.688
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Dividendos recebidos		29.811	16.231	-	-
Liberação de recursos para partes relacionadas	5	(298.300)	-	(303.386)	-
Recebimento de principal - operação de mútuo	5	31.735	-	34.518	-
Redução de capital em empresas investidas	8	25.000	31.200	-	-
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	9	(791)	(623)	(2.914)	(1.183)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(212.545)	46.808	(271.782)	(1.183)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Ingresso de empréstimos e financiamentos	12	332.566	6.000	330.000	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	12	(14.698)	(84.696)	(12.116)	(93.539)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	12	(355)	(52.791)	(355)	(37.948)
Amortização de despesa de contratação	12	(3.065)	-	(3.065)	-
Dividendos pagos		(151.497)	(18.000)	(151.497)	(18.000)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		162.951	(149.487)	162.967	(149.487)
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa					
		9.917	(2.091)	8.808	(2.982)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício					
		4.497	6.588	7.574	10.556
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício					
		14.414	4.497	16.382	7.574
Varição líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa					
		9.917	(2.091)	8.808	(2.982)
Informações complementares					
Valores pagos de IR:		2.039	2.746	3.860	4.631
Valores pagos de CS:		5.873	7.006	6.834	8.035
Redução de capital – sem efeito caixa		25.000	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Itiquira Energética S.A. (“Controladora”, “Sociedade” ou “Itiquira”) é uma sociedade anônima de capital fechado. A Sociedade foi constituída em 10 de junho de 1983 sob a forma de sociedade limitada. Sua transformação em sociedade anônima ocorreu em 15 de setembro de 1997, conforme Assembleia Geral de Transformação realizada nesta data.

A Sociedade tem por objetivo a geração de energia para atendimento próprio e comercialização com terceiros por meio de contrato de concessão celebrado com a União, na condição de Poder Concedente, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, podendo, ainda, explorar a atividade agropastoril, instalar unidades hidrelétricas, bem como participar do capital social de outras sociedades.

A acionista controladora da Sociedade é a Itisa Holding LLC, estabelecida em Delaware, Estados Unidos.

Usina	Potência em MW	Autorização ANEEL	Local
PCH Paraíso I	21,6	Resolução ANEEL Nº 358/1999	Costa Rica - MS
UHE Assis Chateaubriand	29,5	Contrato de Concessão n. 02/1997	Ribas do Rio Pardo - MS

Contrato de concessão

A Sociedade é detentora de Contrato de Concessão nº 213/98 firmado com a União para a exploração dos recursos hídricos do Rio Itiquira no município de Itiquira - MT, mediante a construção e implementação de usina, tendo prazo de vigência de 30 anos, contados a partir de 15 de dezembro de 1994.

De acordo com o disposto no art. 4º da Lei Federal nº 9.074/1995, a UHE Itiquira tem direito a solicitar prorrogação da concessão por período de 20 anos, uma vez que sua outorga era vigente em 11 de dezembro de 2003. A renovação depende de aprovação do Poder Concedente, logo não há garantia se será concedida, nem em quais condições.

A Lei de Concessões estabelece, entre outras disposições, as condições que a concessionária deve cumprir ao fornecer serviços de energia, os direitos dos consumidores e as obrigações da concessionária e do Poder Concedente. Ademais, a concessionária deverá cumprir o regulamento vigente do setor elétrico.

Ao fim do prazo da concessão, os bens e as instalações necessários para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos não amortizados. Para determinação do montante da indenização a ser recebido, serão considerados os valores dos investimentos realizados, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do Poder Concedente.

A Sociedade e suas controladas em virtude das características dos contratos de venda de energia (PPA) e dos clientes não entrou em nenhuma renegociação referente ao faturamento ou fornecimento de energia durante o período de pandemia do COVID-19 ocorrida no ano de 2020.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Usina Hidrelétrica - UHE Itiquira

O início da operação comercial do empreendimento ocorreu em 06 de outubro de 2002, com potência instalada de 157,37 MW.

A Sociedade possui contrato de venda de energia (PPA - Power Purchase Agreement) de acordo com as seguintes principais características:

Compra:

Cliente	Empresa	Datas dos contratos	
		Início	Vencimento
Distribuidoras de energia	Itiquira	01/01/2020	31/12/2020
Partes Relacionadas	Itiquira	01/02/2019	31/12/2023

Venda:

Cliente	Empresa	Datas dos contratos	
		Início	Vencimento
Consumidor Livre	Itiquira	01/01/2020	31/12/2021
Distribuidoras de energia	Pantanal	01/01/2008	31/12/2027
Partes Relacionadas	Itiquira	01/01/2018	01/05/2030

Anualmente ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados acima são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgados pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (“Lei nº 6.404/76”), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei nº 11.638/07”), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (“Lei nº 11.941/09”), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.3. Sumário das principais práticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b.1) *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são caixa e equivalentes de caixa, dividendos a receber e contas a receber.

b.2) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

b.2) *Passivos financeiros*--Continuação

ii) Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos à juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são contas a pagar, empréstimos e financiamentos e dividendos a pagar.

c) Estoques

Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

d) Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização, dos dois o menor. As vidas úteis dos ativos da Sociedade são demonstradas na Nota 9.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos com manutenção dos ativos da Sociedade são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizadas.

O ágio alocado no ativo imobilizado da Sociedade decorre de incorporação reversa ocorrida no exercício de 2008. O ágio, apurado pela Sociedade entre o custo do investimento e a parte do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida, é amortizado conforme a vida útil dos itens pelos quais foram gerados. A amortização do ágio alocado em ativos é apresentada na demonstração do resultado, abaixo do lucro operacional.

e) Investimentos

Os investimentos na controlada e nas controladas em conjunto são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) Investimento em coligada e em controlada, para fins de demonstrações financeiras individuais.

Os resultados, ativos e passivos das controladas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado na Nota 8.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Sociedade no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da investida.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis—Continuação

e) Investimentos--Continuação

Quando a parcela da Sociedade no prejuízo de uma controlada excede a participação da Sociedade naquela entidade (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da Sociedade na entidade), a Sociedade deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais.

Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Sociedade tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da entidade.

O montante de investimento na controlada é eliminado para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, enquanto o saldo do investimento no empreendimento controlado em conjunto é mantido pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme alternativa de política contábil definida pelo Pronunciamento Técnico CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto.

As exigências do CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento da Sociedade em uma controlada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 1(R1), como um único ativo, por meio da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o CPC 1(R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando uma empresa da Sociedade realiza uma transação com uma controlada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na investida não relacionadas à Sociedade.

f) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

g) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

h) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

i) Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados pela Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável e independente de quando o pagamento for recebido.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação transferida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos, impostos e encargos sobre vendas. A Sociedade avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como Agente em parte dos seus contratos caracterizados pelas operações as quais os riscos estão sendo repassados as partes relacionadas, para estas transações a Sociedade é um intermediador da operação, e como Principal nos contratos os quais a Sociedade está exposta aos riscos das transações, ou seja, a mesma arcará com eventuais sanções / penalidades por não cumprir com as obrigações de desempenho estabelecidas nos contratos com as contrapartes.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

j) Imposto de renda e contribuição social

A Sociedade e sua controlada direta Cachoeira Escura apuram o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável. A Sociedade possui o benefício de redução do imposto de renda devido de 75%, entre 1º de janeiro de 2005 e 31 de dezembro de 2022. Após obtenção do benefício tributário na alíquota de IRPJ a Sociedade passou a apurar como alíquota de IRPJ de 25% para 6,25% em adição a alíquota da CSLL de 9% para 15,25%.

Já as suas controladas indiretas Pantanal e Bela Vista, apuram o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido.

O imposto de renda e contribuição social diferido passivo são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em “outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

k) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

l) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

m) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

n) Ativo circulante e não circulante

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidos.

2.4. Base de consolidação e investimentos em controladas

Nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminados os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, quando aplicáveis, resultados de equivalência patrimonial e provisões para cobertura de passivos a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulantes e não circulantes, bem como é destacado o valor da participação dos acionistas minoritários nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas, por participação direta no capital social, como segue:

Controlada direta	Percentuais de participação	
	2020	2019
Cachoeira Escura Energética S.A.	100%	100%
Controladas indiretas	2020	2019
Bela Vista Energética Ltda.	100%	100%
Pantanal Energética Ltda.	100%	100%

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e depósitos bancários	10.211	101	10.350	179
Aplicações financeiras	4.203	4.396	6.032	7.395
Total	14.414	4.497	16.382	7.574

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			2020	2019	2020	2019
Banco Itaú S.A.	Fundo DI	CDI	4.203	1.401	4.203	2.284
Banco Itaú S.A.	Op. compromissada	CDI	-	-	1.800	-
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	-	-	21	-
Banco BTG Pactual	Fundo DI	CDI	-	2.995	8	5.111
			4.203	4.396	6.032	7.395

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

4. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Venda de energia	2.688	4.323	9.045	10.474
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	-	900	4.276	10.350
Contas a receber – partes relacionadas	47.253	10.885	24.799	12.608
	49.941	16.108	38.120	33.432

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo a vencer(*)	10.056	15.872	22.937	33.196
Saldo vencido até 30 dias	39.881	232	15.180	232
Saldo vencido de 181 a 365 dias	-	2	-	2
Saldo vencido há mais de 365 dias	4	2	3	2
Total	49.941	16.108	38.120	33.432

A Administração não espera perdas no saldo do contas a receber.

(*) Os saldos a vencer são representados pela receita de venda de energia fornecida e não faturada.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Mútuos a receber

A composição dos mútuos a receber é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Liberação de recursos para partes relacionadas	298.300	-	303.386	-
Juros incorridos	263	-	263	-
Imposto sobre operação financeira	18	-	47	-
Amortização de principal	(31.735)	-	(34.518)	-
Saldo final	266.846	-	269.178	-

A Sociedade possui operação de mútuo realizada com Brookfield Energia Renovável S.A. durante o exercício de 2020, com juros de CDI + 2,9% a.a. com data de vencimento indeterminada.

A Sociedade possui operação de mútuo realizada com Brookfield Energia Comercializadora Ltda. durante o exercício de 2020, sem juros e com data de vencimento indeterminada. A operação foi integralmente quitada em 2020.

As controladas da Sociedade (Bela Vista, Pantanal e Escura) realizaram operações de mútuo com Brookfield Energia Comercializadora Ltda. e com Brookfield Energia Renovável S.A. durante o exercício de 2020, sem juros e com data de vencimento indeterminada. A operação foi integralmente quitada em 2020.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Despesas antecipadas

A composição das despesas antecipadas é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Adesão ao deslocamento hidráulico	-	-	1.013	1.463
Prêmio de seguro de risco operacional	512	1.181	759	1.559
Total	512	1.181	1.772	3.022
Ativo circulante	512	1.181	1.209	2.009
Ativo não circulante	-	-	563	1.013

Durante o exercício de 2015, foram publicadas a Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015, e a Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, que estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica por agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, com o objetivo de buscar uma solução para condições hidrológicas adversas.

Em 18 de dezembro de 2015, a Sociedade e sua controlada Pantanal Energética Ltda. aprovaram a proposta de repactuação do risco hidrológico, no qual optou-se pela classe de produto SP100, com prêmio de risco associado de R\$ 9,50/MWh. Os valores antecipados, referente ao prêmio de risco, serão compensados com os prêmios devidos do período de janeiro de 2016 a junho de 2020.

7. Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 8.805 (em 31 de dezembro de 2019 R\$ 129) trata-se de uma execução fiscal cuja discussão se deu diante da apuração de créditos decorrentes de pagamento a maior de IOF, razão pela qual foi transmitida pela Itiquira diversas declarações de compensação, visando quitar outros débitos. Após análise da Receita Federal, as compensações não foram homologadas e os débitos foram remetidos para cobrança pela Procuradoria da Fazenda Nacional e, posteriormente, ajuizada a execução fiscal.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimento (Controladora)

Controlada	Participação sobre o capital total		Patrimônio líquido		Lucro do exercício		Valor dos investimentos		Equivalência patrimonial	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Cachoeira Escura Energética S.A.	100,00%	100,00%	247.609	297.811	32.055	26.432	247.609	297.811	32.055	26.432
Total					32.055	26.432	247.609	297.811	32.055	26.432

Na controladora, a movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

Controlada	Saldo em 2019	Equivalência patrimonial	Redução de capital	Dividendos	Saldo em 2020
Cachoeira Escura Energética S.A.	297.811	32.055	(50.000)	(32.257)	247.609
Total	297.811	32.055	(50.000)	(32.257)	247.609

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimento (Controladora)--Continuação

Controlada	Saldo em 2018	Equivalência patrimonial	Redução de capital	Dividendos	Saldo em 2019
Cachoeira Escura Energética S.A.	321.030	26.432	(31.200)	(18.451)	297.811
Total	321.030	26.432	(31.200)	(18.451)	297.811

Principais informações sobre as controladas:

	2020				2019			
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Cachoeira Escura Energética S.A.	281.355	33.746	247.609	32.055	304.105	6.294	297.811	26.432
Pantanal Energética Ltda. (*)	60.195	22.036	38.159	30.443	63.578	13.870	49.708	26.522
Bela Vista Energética Ltda. (*)	56.823	11.222	45.601	24.304	53.595	8.011	45.584	22.504

(*) A entidade é controlada indireta com participação de 100%.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

Movimentação do imobilizado da controladora

	Custo atribuído					Em curso		Ágio na incorporação	Total
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Transmissão e distribuição	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento		
31 de dezembro de 2018	5.064	137.353	442.326	100.977	49.468	2.205	2.272	116.468	856.133
Adições	-	-	-	-	-	60	563	-	623
Transferências	-	440	-	-	370	(170)	(640)	-	-
31 de dezembro de 2019	5.064	137.793	442.326	100.977	49.838	2.095	2.195	116.468	856.756
Adições	-	-	57.080	-	-	79	712	-	57.871
Baixas	-	(125)	-	-	-	-	(165)	-	(290)
Transferências	-	750	-	-	-	(392)	(358)	-	-
31 de dezembro de 2020	5.064	138.418	499.406	100.977	49.838	1.782	2.384	116.468	914.337
31 de dezembro de 2018	(3.300)	(86.505)	(290.438)	(67.235)	(34.008)	-	-	(73.242)	(554.728)
Adições de depreciação	(295)	(10.342)	(25.314)	(5.638)	(2.605)	-	-	(7.205)	(51.399)
31 de dezembro de 2019	(3.595)	(96.847)	(315.752)	(72.873)	(36.613)	-	-	(80.447)	(606.127)
Adições de depreciação	(294)	(9.355)	(25.315)	(5.638)	(2.642)	-	-	(7.205)	(50.449)
Baixas de depreciação	-	34	-	-	-	-	-	-	34
31 de dezembro de 2020	(3.889)	(106.168)	(341.067)	(78.511)	(39.255)	-	-	(87.652)	(656.542)
Total em:									
31 de dezembro de 2019	1.469	40.946	126.574	28.104	13.225	2.095	2.195	36.021	250.629
31 de dezembro de 2020	1.175	32.250	158.339	22.466	10.583	1.782	2.384	28.816	257.795

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado—Continuação

Movimentação do imobilizado do consolidado

	Custo atribuído					Em curso		Ágio na incorporação	Total
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Transmissão e distribuição	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento		
31 de dezembro de 2018	5.532	223.477	497.600	137.186	49.467	2.296	6.304	400.311	1.322.173
Adições	-	-	-	64	-	228	891	-	1.183
Baixas	-	-	-	-	-	(3)	(8)	-	(11)
Transferências	-	848	3.565	-	370	(169)	(4.614)	-	-
31 de dezembro de 2019	5.532	224.325	501.165	137.250	49.837	2.352	2.573	400.311	1.323.345
Adições	-	-	66.136	-	-	304	2.610	-	69.050
Baixas	-	(125)	(47)	-	-	-	(166)	-	(338)
Transferências	-	942	-	206	-	(392)	(756)	-	-
31 de dezembro de 2020	5.532	225.142	567.254	137.456	49.837	2.264	4.261	400.311	1.392.057
31 de dezembro de 2018	(3.292)	(117.393)	(336.257)	(92.058)	(34.008)	-	-	(118.534)	(701.542)
Adições de depreciação	(320)	(16.093)	(27.275)	(6.010)	(2.606)	-	-	(29.852)	(82.156)
31 de dezembro de 2019	(3.612)	(133.486)	(363.532)	(98.068)	(36.614)	-	-	(148.386)	(783.698)
Adições de depreciação	(300)	(14.961)	(26.668)	(6.179)	(2.642)	-	-	(29.849)	(80.599)
Baixas de depreciação	-	34	12	-	-	-	-	-	46
31 de dezembro de 2020	(3.912)	(148.413)	(390.188)	(104.247)	(39.256)	-	-	(178.235)	(864.251)
Total em:									
31 de dezembro de 2019	1.920	90.839	137.633	39.182	13.223	2.352	2.573	251.925	539.647
31 de dezembro de 2020	1.620	76.729	177.066	33.209	10.581	2.264	4.261	222.076	527.806

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado--Continuação

a) Método de depreciação

A Sociedade efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final dos exercícios de 2020 e 2019 e não julgou necessário alterar a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos nos grupos de edificações, obras civis e benfeitorias, máquinas e equipamentos, reservatórios, barragens e adutoras e transmissão e distribuição.

Para o cálculo da depreciação, é considerado a vida útil dos bens ou o prazo de concessão, dos dois, o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens.

	<u>Vida útil</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	30 a 50 anos
Transmissão e distribuição	20 a 40 anos

b) Adoção do custo atribuído (*deemed cost*)

Conforme faculdade estabelecida pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), a Sociedade optou durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS, pela avaliação do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado (somente para os bens referentes à operação da usina).

Os valores atribuídos foram determinados por meio do fluxo de caixa descontado, gerando um acréscimo em 1º de janeiro de 2009 de R\$ 372.325 registrado no ativo imobilizado.

A contrapartida do saldo foi registrada no patrimônio líquido, no grupo de "ajustes de avaliação patrimonial", líquidos dos impostos. O valor do passivo diferido registrado em 1º janeiro de 2009 foi de R\$ 100.410.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado--Continuação

c) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1.292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

d) Extensão de outorga

Em 8 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE pelos agentes elegíveis.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, utilizando os preceitos de reconhecimento de Ativo não financeiro reconhecido ao valor justo. O ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Sociedade, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado--Continuação

d) Extensão de outorga--Continuação

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, que deve ser homologada pela ANEEL e apropriado como um imobilizado em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. O montante apropriado em Recuperação de Custos é inferior ao custo total com GSF coberto pela referida lei.

Em 1º de dezembro de 2020 a Diretoria da ANEEL aprovou a metodologia e os valores preliminares apresentados em audiência pública. Com base nessa informação, a companhia pode estimar o valor e a extensão que lhe confere a regulamentação, de 12 meses, ao valor de R\$ 57.080, para a Sociedade, e ao valor de R\$ 9.056 para sua controlada indireta Bela Vista com a extensão de 28 meses, com o impacto total de R\$ 66.136 no ativo consolidado. Com base nos termos dessa regulamentação, em 30 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a referida repactuação.

A mensuração deste ativo não financeiro, é observável por todos os participantes do MRE que aderiram a proposta da ANEEL e o ativo foi reconhecido ao seu valor justo. O ativo reconhecido será amortizado pelo prazo remanescente da outorga.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Compra de energia – MRE/CCEE (*)	11.426	-	12.817	1.131
Fornecedores	4.772	1.682	6.022	2.714
Pesquisa e desenvolvimento	8.762	9.360	10.108	10.511
Contas a pagar - partes relacionadas	6.985	5.678	8.512	6.917
Seguros	55	12	143	17
Total	32.000	16.732	37.602	21.290
Passivo circulante	27.502	13.313	33.104	17.871
Passivo não circulante	4.498	3.419	4.498	3.419

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	2.119	447	2.552
CSLL - Contribuição Social sobre Lucro Líquido	4.254	6.042	4.482	6.282
Total - Impostos diretos	4.254	8.161	4.929	8.834
PIS - Programa de Integração Social	189	238	231	295
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	872	1.097	1.067	1.360
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	138	121	147	148
ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	97	73	150	125
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias	1	5	(69)	(65)
Retenções - Lei nº 10.833	7	7	8	8
Outros	261	1.851	275	1.853
Total - Impostos indiretos	1.565	3.392	1.809	3.724
Total - Impostos e contribuições a recolher	5.819	11.553	6.738	12.558

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos

Credor	Modalidade	Encargos	Controladora			
			2020		2019	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional						
Brookfield Energia Renovável S.A.	Partes relacionadas	CDI + 0,5%	-	-	-	12.411
Banco Itaú S.A.	1ª emissão debêntures	CDI + 2,9% a.a.	70.310	260.000	-	-
Total			70.310	260.000	-	12.411
	Despesa de contratação		(39)	(3.026)	-	-
Total			70.271	256.974	-	12.411

(*) Refere-se ao custo de estruturação da operação devido ao banco, necessário para a emissão das debêntures.

Credor	Modalidade	Encargos	Consolidado			
			2020		2019	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional						
Brookfield Energia Renovável S.A.	Partes relacionadas	CDI + 0,5%	-	-	-	12.411
Banco Itaú S.A.	1ª emissão debêntures	CDI + 2,9% a.a.	70.311	260.000	-	-
Total			70.311	260.000	-	12.411
	Despesa de contratação		(40)	(3.026)	-	-
Total			70.271	256.974	-	12.411

(*) Refere-se ao custo de estruturação da operação devido ao banco, necessário para a emissão das debêntures.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos—Continuação

Movimentação dos empréstimos nos respectivos exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	12.411	138.443	12.411	138.443
Captação	332.566	6.000	330.000	-
Juros provisionados	370	5.455	370	5.455
IOF provisionados	16	-	-	-
Amortização – principal	(14.698)	(84.696)	(12.116)	(93.539)
Pagamento – juros	(355)	(52.791)	(355)	(37.948)
	330.310	12.411	330.310	12.411
Despesa de contratação	(3.065)	-	(3.065)	-
Saldo final	327.245	12.411	327.245	12.411

Durante o exercício de 2019, a Sociedade captou recursos com as suas controladas Pantanal e Bela Vista no montante de R\$ 6.000. Essas transações foram quitadas durante o exercício de 2019.

Debênture realizada com a parte relacionada Brookfield Energia Renovável S.A. durante o exercício de 2016, remunerada por 100% do CDI e com data de vencimento em 09 de novembro de 2025. O valor nominal de cada uma das Debêntures será pago até a data do vencimento, exceto se as Debêntures forem convertidas em ações. O contrato não possui prazo para pagamento dos juros incorridos, eles serão pagos de acordo com a disponibilidade de caixa da Sociedade. Essas transações foram quitadas durante o exercício de 2020.

Em 23 de dezembro de 2020, a controladora emitiu 330.000 mil debêntures não conversíveis em ações no valor de R\$ 330 milhões de reais, com valor nominal unitário de R\$ 1 mil reais. Essas debêntures são remuneradas a CDI + 2,9% a.a. com vencimento em 15 de junho de 2027 e com pagamentos de juros e principal semestrais.

A Sociedade realizou uma operação de mútuo com Bela Vista Energética S.A durante o exercício de 2020, no valor de R\$ 1.500 sem juros e com prazo de vencimento indeterminado. A operação foi integralmente quitada em 14 de setembro de 2020.

A Sociedade está sujeita a cláusulas restritivas constantes nas escrituras das debêntures. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção pela Sociedade do índice financeiro Geração de Caixa da Atividade dividido pelo EBITDA da Sociedade, que deverá ser inferior a 3,0 vezes, e pelo ICSD, que deverá ser inferior a 1,2 vezes, as qual foram atendidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Não existiram cláusulas restritivas em default na controladora e nas controladas sem a devida anuência das respectivas instituições financeiras em 31 de dezembro de 2020. As garantias são alienação fiduciária das ações da Itiquira, Escura Bela Vista e Pantanal.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos—Continuação

As parcelas de não circulante, em 31 de dezembro de 2020, têm os seguintes vencimentos:

	<u>Consolidado</u>
Ano	
2022	69.000
2023	69.000
2024	52.000
2025	25.000
Após 2025	41.974
Total	256.974

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Provisão para contingências

Com base nos fatos atualmente disponíveis e na opinião de seus consultores legais, a Administração da Sociedade acredita que a resolução de boa parte dessas causas atuais ou discussões potenciais deverá ser satisfatória para as partes envolvidas, e para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, constitui provisão.

Os saldos de contingências prováveis estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Riscos cíveis	89	65	89	65
Riscos trabalhistas	16	14	23	20
Riscos tributários	8.686	-	8.686	-
Total	8.791	79	8.798	85

Segue abaixo a movimentação das contingências provisionadas pela Sociedade:

	Controladora			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
31 de dezembro de 2018	56	10	-	66
Adição	-	812	-	812
Baixa por pagamento	-	(400)	-	(400)
Baixa por reavaliação de contingências	-	(413)	-	(413)
Atualização	9	5	-	14
31 de dezembro de 2019	65	14	-	79
Adição	-	-	8.686	8.686
Baixa por pagamento	-	(3)	-	(3)
Baixa por reavaliação de contingências	-	-	(1)	(1)
Atualização	24	5	1	30
31 de dezembro de 2020	89	16	8.686	8.791

	Consolidado			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
31 de dezembro de 2018	56	24	-	80
Adição	-	812	-	812
Baixa por pagamento	-	(409)	-	(409)
Baixa por reavaliação de contingências	-	(413)	-	(413)
Atualização	9	6	-	15
31 de dezembro de 2019	65	20	-	85
Adição	-	-	8.732	8.732
Baixa por pagamento	-	(3)	(46)	(49)
Baixa por reavaliação de contingências	-	-	(1)	(1)
Atualização	24	6	1	31
31 de dezembro de 2020	89	23	8.686	8.798

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Provisão para contingências--Continuação

A Sociedade e suas controladas direta e indiretas, em 31 de dezembro de 2020, possuem as seguintes contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas prováveis as quais foram provisionadas:

a) Provisão para riscos cíveis

Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade possui uma ação de desapropriação classificada por seus assessores jurídicos como sendo de perda provável, no montante de R\$ 89 (R\$ 65 em 31 de dezembro de 2019).

b) Provisão para riscos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade possui ação trabalhista classificada por seus assessores jurídicos como perda provável, no montante de R\$ 16 (em 31 de dezembro de 2019, totalizando R\$ 14).

Pantanal Energética

Em 31 de dezembro de 2020 existe provisão para contingência trabalhista classificada pela controlada indireta como perda provável, no montante de R\$ 7 (R\$ 6 em 31 de dezembro de 2019), referente à uma Reclamação Trabalhista.

c) Provisão para riscos tributários

Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade possui ação tributária classificada por seus assessores jurídicos como perda provável, no montante de R\$ 8.686. A Sociedade realizou depósito judicial durante o ano de 2020 referente essa contingência conforme nota 7.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Provisão para contingências—Continuação

d) Contingências possíveis

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Riscos trabalhistas	1.202	942	2.017	1.678
Administrativo e tributário	163.238	52.290	163.238	52.290
Total	164.440	53.232	165.255	53.968

Descrição das principais contingências avaliadas como possíveis

A Sociedade e suas controladas possuem processos de natureza diversas, classificados como perda possível: (a) quatro ações trabalhistas no montante de R\$ 2.017 (quatro ações trabalhistas no montante de R\$ 1.678 em 31 de dezembro de 2019); (b) nove processos tributários no valor de R\$ 13.515 (nove processos tributários no montante de R\$ 52.290 em 31 de dezembro de 2019), referentes a diversas naturezas, tais como auto de infração referente a não homologação de DCOMPs, e uma execução fiscal do ano de 2020 referente a cobrança de CDAs, IRPJ, CSLL e ICMS e uma ação civil pública no valor de R\$ 150.925.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ 136.474, dividido em 339.323.283 (trezentas e trinta e nove milhões, trezentas e vinte e três mil, duzentas e oitenta e três) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

b.1) *Reserva legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b.2) *Reserva de retenção de lucros*

O estatuto social da Sociedade prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade.

b.3) *Reserva de incentivos fiscais*

Foi aprovado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e homologado pela Secretaria da Receita Federal, conforme Ato Declaratório Executivo nº 158, de 20 de março de 2006, incentivo fiscal, especificamente com relação ao imposto de renda, pelo qual foi concedido à Sociedade o benefício de redução do imposto de renda devido de 75%, entre 1º de janeiro de 2005 e 31 de dezembro de 2014. Em dezembro de 2013, a Sociedade obteve êxito na renovação do referido benefício fiscal na SUDAM, a perdurar por mais 10 anos, prorrogando o incentivo até 31 de dezembro de 2022. Com a obtenção do benefício tributário, a alíquota de IRPJ reduziu de 25% para 6,25% em adição a alíquota da CSLL de 9% totalizando em 15,25% a alíquota somada de IRPJ e CSLL.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora--Continuação

b) Reservas de lucros--Continuação

b.3) *Reserva de incentivos fiscais*--Continuação

De 1º de janeiro de 2005 até 31 de dezembro de 2020, esse benefício foi refletido diretamente nas demonstrações financeiras. A partir de 1º de janeiro de 2008, em decorrência da mudança de prática contábil instituída pela Lei nº 11.638/07, as parcelas recebidas de incentivos fiscais para investimentos passaram a ser registradas na rubrica "Imposto de Renda", no resultado do exercício. Na destinação do lucro, esses incentivos não afetaram a base para dividendos e foram apropriados à conta de "reserva de incentivos fiscais", no patrimônio líquido.

Em 05 de junho de 2019, por meio da Assembleia Geral Ordinária realizada nesta data, os acionistas aprovaram a destinação do montante total de R\$ 16.062 para a conta de Reserva de Incentivo Fiscal do exercício de 2018. A parcela de R\$ 14.181 referente ao exercício de 2019 será submetida à aprovação da AGO a ser realizada em 2020.

Em 30 de junho de 2020, por meio da Assembleia Geral Ordinária realizada nesta data, os acionistas aprovaram a destinação do montante total de R\$ 14.181 para a conta de Reserva de Incentivo Fiscal do exercício de 2019. A parcela de R\$ 9.950 referente ao exercício de 2020 será submetida à aprovação da AGO a ser realizada em 2021.

Em 12/2020, a Sociedade registrou o aumento em seu prazo de concessão, em virtude da indenização GSF, tal fato impactou o saldo do IR Diferido no passivo e na avaliação patrimonial do PL, sendo agora apresentado com a alíquota 15,25% até 2022 (com benefício) e 34% de 2023 até 01/2026 (sem benefício), gerando um ajuste de R\$1.570.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Os efeitos decorrentes da avaliação do ativo imobilizado da Sociedade, líquido do imposto de renda e contribuição social, realizada em 1º de janeiro de 2009 conforme com o CPC 27 e ICPC 10, foram alocados no patrimônio líquido na rubrica "ajuste de avaliação patrimonial". Os valores serão transferidos a conta de "lucros acumulados" na mesma proporção em que o ativo imobilizado foi depreciado e o imposto de renda e contribuição social apropriado ao resultado.

A Sociedade efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final do exercício de 2019 e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos. O aumento da vida útil também foi refletido no ajuste de avaliação patrimonial na mesma proporção de forma que a vida útil remanescente depreciável finalize dentro do mesmo período.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora--Continuação

d) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

O Estatuto Social determina também que, atendida à destinação do dividendo mínimo obrigatório, o saldo disponível será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Em 15 de dezembro de 2020, os acionistas, por meio da Ata da Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos intermediários referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2020 no valor de R\$ 20.000 (R\$ 58,94 por lote de mil ações).

Em 15 de dezembro de 2020, os acionistas, por meio da Ata da Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 18.915 (R\$ 55,57 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Em 30 de junho de 2020, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 19.734 (R\$ 58,16 por lote de mil ações) e em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 34.358 à (R\$ 101,26 por lote de mil ações) conta de Reserva Especial.

Em 05 de junho de 2019, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 41.420 (R\$ 122,07 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita operacional bruta				
Fornecimento de energia				
Venda de energia elétrica	24.318	46.658	40.891	95.829
Venda de energia elétrica - partes relacionadas	147.333	135.251	171.156	155.540
Resultado com MRE e CCEE (*)	2.165	3.665	35.724	19.084
Serviços de compartilhamento de linha de transmissão	295	303	295	303
	174.111	185.877	248.066	270.756
Deduções da receita operacional bruta				
Impostos sobre a venda				
ICMS	(1)	-	(2)	(3)
PIS	(2.873)	(3.070)	(3.352)	(3.620)
COFINS	(13.232)	(14.139)	(15.441)	(16.682)
ISS	(29)	-	(29)	-
Receita operacional líquida	157.976	168.668	229.242	250.451

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Divulgação dos custos e das despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Custo do serviço de energia elétrica				
Compra de energia elétrica	18.028	-	18.028	-
Compra de energia elétrica – partes relacionadas	3.153	-	3.153	-
(-) Impostos sobre compra de energia elétrica	(5.928)	(3.639)	(5.928)	(3.639)
Royalties ANEEL	23.049	22.423	26.869	26.155
Pesquisa e desenvolvimento	-	2	-	6
	38.302	18.786	42.122	22.522
Custo com a operação				
Impostos, licenças e taxas	46	68	95	100
Viagens	24	161	50	220
Serviços de terceiros	8.228	7.940	10.690	11.157
Seguros	1.122	2.642	1.959	3.482
Pessoal	6.321	6.825	6.334	6.849
Depreciação	43.244	44.194	50.749	52.304
Serviços de operação e manutenção – partes relacionadas	8.744	7.818	8.744	7.818
Manutenção	763	817	1.086	1.223
MRE/CCEE (**)	(47.788)	12.295	(53.401)	20.609
Telecomunicações	155	174	388	400
Aluguéis e utilidades	23	37	36	59
Promoção e publicidade	14	19	14	24
Outros	574	969	909	1.328
	21.470	83.959	27.653	105.573
Total do custo do serviço prestado	59.772	102.745	69.775	128.095
Despesas gerais e administrativas				
Impostos, licenças e taxas	4	4	5	5
Viagens	-	1	-	4
Serviços de terceiros	512	536	680	553
Pessoal	-	2	-	2
Amortização da mais valia alocada em controlada	7.205	7.205	29.850	29.852
Promoção e publicidade	10	-	39	43
Rateio de despesas (*)	6.681	6.419	11.834	11.197
Doações	397	282	397	282
Total das despesas gerais e administrativas	14.809	14.449	42.805	41.938
Total de custos e despesas gerais e administrativas	74.581	117.194	112.580	170.033

(*) Valores relativos ao contrato de compartilhamento de despesas com a parte relacionada Brookfield Energia Renovável S.A.

(**) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Nessa rubrica foi registrado recuperação de R\$57.080 para a controladora e de R\$ 66.136 para o consolidado devido ao registro da extensão de outorga do GSF (Nota 9).

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Multas e juros sobre tributos	(81)	(107)	(87)	(114)
Perda/ganho na venda de ativos	(137)	-	(174)	-
Provisão para contingências	(8.607)	-	(8.607)	-
Outros	(1)	(337)	(1)	(234)
Total	(8.826)	(444)	(8.869)	(348)

18. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	356	558	2.067	736
Variação monetária e cambiais, líquidas	455	393	455	400
Juros sobre mútuos	263	-	263	-
Total	1.074	951	2.785	1.136
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	370	5.455	370	5.455
Despesas com letras de crédito	55	167	55	167
Variações monetárias e cambiais, líquidas	1.533	672	1.533	672
Multas e encargos sobre empréstimos	55	-	55	-
Imposto sobre operações financeiras	89	173	107	223
Outros	1.885	357	1.932	412
Total	3.987	6.824	4.052	6.929

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Imposto de renda e contribuição social

Os saldos patrimoniais de impostos de renda e contribuição social diferidos estão apresentados a seguir:

	2020	2019
Tributos diferidos		
Provisões temporárias	(7.136)	147
Custo atribuído ativo imobilizado	(23.900)	(25.833)
Total tributos diferidos, líquidos	(31.036)	(25.686)

O ativo fiscal diferido, decorrente de diferenças temporárias, foi reconhecido levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e alíquotas vigentes, considerando o benefício do lucro da exploração (SUDAM) conforme o período de apuração.

	2020		2019	
	Base de cálculo	IR e CS	Base de cálculo	IR e CS
Ativo				
Provisões temporárias	10.286	1.570	962	147
		1.570		147
Passivo				
Provisões temporárias	(57.080)	(8.705)	-	-
Custo atribuído - Benefício L. Exploração	(315.986)	(48.188)	(324.374)	(49.467)
(-) Depreciação/baixas Benefício L. Exploração	280.665	42.801	257.702	39.300
Custo atribuído	(54.453)	(18.514)	(46.075)	(15.666)
		(32.606)		(25.833)
Total de imposto diferido		(31.036)		(25.686)

A despesa com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos apresentada nas demonstrações de resultado individuais e consolidadas da Sociedade é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Corrente				
Imposto de renda	(92)	(2.119)	(1.955)	(3.857)
Contribuição social	(4.312)	(6.056)	(5.264)	(7.006)
Total do imposto corrente	(4.404)	(8.175)	(7.219)	(10.863)
Diferido				
Imposto de renda	(1.549)	1.461	(1.549)	1.460
Contribuição social	(2.231)	2.103	(2.231)	2.104
Total do imposto diferido	(3.780)	3.564	(3.780)	3.564
Total com despesas de impostos	(8.184)	(4.611)	(10.999)	(7.299)

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020, as controladas indiretas da Sociedade, Pantanal Energética Ltda. e Bela Vista Energética Ltda. calcularam o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, como demonstrado a seguir:

Impostos correntes	2020		2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Faturamento (energia)	73.954	73.954	84.879	84.879
ICMS	(1)	(1)	(3)	(3)
Outros – Baixa Liminar GFIS	-	-	(125)	(125)
	73.953	73.953	84.751	84.751
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	5.916	8.874	6.780	10.170
Receitas financeiras	1.705	1.705	160	160
Outras receitas	-	-	179	179
Base de cálculo total (*)	7.621	10.579	7.119	10.509
% do imposto	25%	9%	25%	9%
	1.857	952	1.732	946
Outros	6	-	-	-
Total	1.863	952	1.732	946

(*) A aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Em 31 de dezembro de 2020, a controlada direta Cachoeira Escura Energética S.A, calculou o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro real, como demonstrado a seguir:

	2020	2019
Lucro antes de imposto de renda e contribuição social	32.055	26.443
% do imposto (*)	34%	34%
Base de imposto de renda e contribuição social	10.899	8.990
Amortização da mais valia	7.700	7.700
Equivalência patrimonial	(18.614)	(16.669)
Créditos fiscais de IRPJ e CSLL não reconhecidos	15	-
Adicional sobre o lucro tributável (**)	-	(5)
Outros	-	(5)
Total despesa de imposto de renda e contribuição social	-	11

(*) A aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

(**) Anulação do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, uma vez que a alíquota nominal utilizada é 34%, com o adicional e a base tributável é inferior a R\$240.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais em relação aos valores contabilizados, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro antes de imposto de renda e contribuição social	103.711	71.589	106.526	74.277
	34%	34%	34%	34%
Resultado de imposto de renda e contribuição social às respectivas alíquotas (*)	35.238	24.316	36.195	25.230
Adições e exclusões:				
Resultado de equivalência patrimonial	(10.899)	(8.987)	-	-
Mais valia	-	-	7.700	7.700
Diferido - variação alíquota lucro da exploração (34% para 15,25%)	(4.647)	4.382	(4.647)	4.382
Incentivo Lucro da exploração	(11.795)	(14.181)	(11.795)	(14.181)
Incentivos Fiscais – Patrocínio	-	(801)	-	(801)
Diferencial tributação presumido	-	-	(16.755)	(14.908)
Diferido não constituído sobre prejuízo fiscal	1	-	15	(5)
Outros	286	(118)	286	(118)
Total despesa de imposto de renda e contribuição social	8.184	4.611	10.999	7.299

(*) A aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Em dezembro de 2013, a Sociedade obteve êxito na renovação do referido benefício fiscal, a vigorar por mais 10 anos, contados a partir de 2013 até 2022, inclusive, conforme decisão favorável expedida pela SUDAM nos autos do processo CUP nº 59004/000242/2013-39.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com as empresas do Grupo são apresentados conforme abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Ativo					
Contas a receber					
Brookfield Energia Renovável S.A.	(a)	21.273	7.413	21.976	7.413
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(a)	980	2.959	2.823	4.682
Cachoeira Escura Energética S.A.	(a)	25.000	-	-	-
Tangará Energia S.A.	(a)	-	513	-	513
		47.253	10.885	24.799	12.608
Dividendos a receber					
Cachoeira Escura Energética S.A.	(b)	8.724	6.278	-	-
		8.724	6.278	-	-
Mútuos a receber					
Brookfield Energia Renovável S.A.	(c)	266.846	-	268.190	-
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(c)	-	-	988	-
		266.846	-	269.178	-
Passivo					
Contas a pagar					
Brookfield Energia Renovável S.A.	(d)	2.487	2.259	4.014	3.498
Brookfield BRP Holdings (Canada) Inc.	(d)	4.498	3.419	4.498	3.419
		6.985	8	8.512	6.917
Dividendos a pagar					
Itisa Holding LLC.	(e)	3.404	58.488	3.404	58.488
		3.404	58.488	3.404	58.488
Mútuos a pagar					
Brookfield Energia Renovável S.A.	(f)	-	12.411	-	12.411
		-	12.411	-	12.411
Receita					
Venda de energia					
Brookfield Energia Renovável S.A.	(g)	71.496	95.010	73.563	95.010
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(g)	27.313	35.366	49.069	55.655
Tangará Energia S.A.	(g)	48.524	4.875	48.524	4.875
		147.333	135.251	171.156	155.540
Receitas financeiras					
Brookfield Energia Renovável S.A.	(h)	263	-	263	-
		263	-	263	-

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Transações com partes relacionadas--Continuação

Custo

Compra de energia

Brookfield Energia Renovável S.A.	(i)	816	-	816	-
Tangará Energia S.A.	(i)	2.337	-	2.337	-
		3.153	-	3.153	-

Serviço de O&M

Brookfield Energia Renovável S.A.	(j)	8.744	7.818	8.744	7.818
		8.744	7.818	8.744	7.818

Despesas financeiras

Brookfield Energia Renovável S.A.	(k)	59	5.455	59	5.455
		59	5.455	59	5.455

- (a) Contas a receber entre a Sociedade e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (b) Dividendos a serem recebidos das empresas controladas da Sociedade;
- (c) Operações de mútuos a receber entre a Sociedade e empresas do grupo;
- (d) Contas a pagar entre a Sociedade e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (e) Referem-se aos dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas da Sociedade;
- (f) Operações de mútuos a pagar entre a Sociedade e empresas do grupo (nota 12);
- (g) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;
- (h) Receitas financeiras resultantes dos mútuos em vigência entre a Sociedade e outras empresas do grupo;
- (i) Compra de energia elétrica de outras empresas do grupo;
- (j) Conforme acordado entre as partes, o saldo refere-se à prestação de serviços de operação e gestão da manutenção das usinas (PCHs e UHEs), possibilitando o cumprimento dos contratos de venda de energia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;
- (k) Despesas financeiras resultantes das debêntures em vigência entre a Sociedade e a outra empresa do grupo.

Durante o ano de 2020 e 2019, a remuneração total dos administradores foi de R\$ 48.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Seguros

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens vinculados à concessão sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2020, a soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$ 582.111 (R\$ 700.000 em 31 de dezembro de 2019).

A redução ou aumento do valor de danos materiais se deve à conclusão das avaliações patrimoniais efetuadas por empresa externa em fevereiro de 2019.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	Controladora					
	2020			2019		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	14.414	14.414	-	4.497	4.497
Mútuos a receber	266.846	-	266.846	-	-	-
Contas a receber	49.941	-	49.941	16.108	-	16.108
Dividendos a receber	8.724	-	8.724	6.278	-	6.278
	325.511	14.414	339.925	22.386	4.497	26.883

Ativos financeiros	Consolidado					
	2020			2019		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	16.382	16.382	-	7.574	7.574
Mútuos a receber	269.178	-	269.178	-	-	-
Contas a receber	38.120	-	38.120	33.432	-	33.432
	307.298	16.382	323.680	33.432	7.574	41.006

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	
	2020	2019
Passivos financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Contas a pagar	32.000	16.732
Empréstimos e financiamentos	327.245	12.411
Dividendos a pagar	3.404	58.488
	362.649	87.631

	Consolidado	
	2020	2019
Passivos financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Contas a pagar	37.602	21.290
Empréstimos e financiamentos	327.245	12.411
Dividendos a pagar	3.404	58.488
	368.251	92.189

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2020, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e bancos

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

- Aplicações financeiras

São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Contas a receber

São classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Empréstimos - partes relacionadas

São classificados como empréstimos e recebíveis e, apresentadas pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.

- Empréstimos - instituições financeiras

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos são calculados com base na projeção dos fluxos futuros das operações (ativo e passivo), utilizando as curvas de mercado descontadas a valor presente.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	Consolidado	
	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	16.382	7.574

- c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2020 e 2019. A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros é aproximada do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

A Sociedade e suas controladas possuem contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Sociedade e suas controladas efetuam avaliações financeiras, requisitam garantias financeiras e executam o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco da Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

v) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

vi) *Risco hidrológico*

De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva concessão e autorização. Para as empresas não repactuadas, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva concessão e autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados. Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

Trata-se de um mecanismo de *hedge* compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE.

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado *Generation Scaling Factor* (GSF), fazendo com que a Sociedade e suas controladas tenham que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco, a Sociedade e suas controladas tiveram duas opções: a adesão ao programa de repactuação do risco hidrológico, aonde o risco hidrológico foi repassado para os consumidores de energia ou o controle do nível de contratação, que visa minimizar a exposição ao mercado de curto prazo.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vii) *Risco de não renovação da concessão e autorização*

A Sociedade detém outorgas de concessão e autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos. Para as usinas que possuem concessão, de acordo com o disposto no art. 4º da Lei Federal nº 9.074/1995, a UHE Itiquira tem a prerrogativa de solicitar prorrogação por um período de 20 anos, por terem sido outorgadas anteriormente a 11 de dezembro de 2003.

Para as usinas que possuem autorização, os critérios para renovação de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019. A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, mudando o limite inferior das usinas consideradas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos que detinham autorização para exploração de potência instalada entre 3 MW e 5 MW foram transformadas em registro (CGH), tendo direito a renovação automática.

No entanto, a renovação é a critério do Poder Concedente, não havendo confirmação por nossa parte se a prorrogação será concedida de fato, nem em quais condições.

A referida Lei dispõe que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), conforme disposto na Lei nº 13.360/2016.

O valor da UBP será publicado com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Caso a renovação das outorgas de concessão e autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2020 e de 2019, a Sociedade não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

23. Eventos subsequentes

Até março de 2021, a Sociedade realizou recebimentos de dividendos de suas controladas diretas, no montante de R\$ 7.988.

Em 2 de março de 2021 a CCEE divulgou um novo cálculo dos impactos financeiros e extensão de outorga por conta da lei 14.052/2020. O valor recalculado para as controladas da Sociedade são conforme quadro abaixo:

<u>Empresa</u>	<u>Valor</u>	<u>Extensão Outorga (meses)</u>
Itiquira Energética S.A.	68.661	15
Bela Vista Energética S.A.	10.744	33

24. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 25 de março de 2021.